

ID: 122434060

08-04-2026

ECO AO
QUADRADOCATARINA ROSETA
PALMAProfessora Associada, ISCTE
Business School

Ao menos façam as contas

Há décadas que sabemos da necessidade de reduzir as emissões de gases com efeito de estufa para estabilizar a sua acumulação na atmosfera e prevenir impactos (ainda mais) catastróficos das alterações climáticas. Uma vez que o setor da produção de eletricidade e calor tem sido responsável pela maior fatia das emissões (globalmente, ainda representava cerca de 30% em 2024), a descarbonização deste setor tem merecido um esforço significativo. A redução da queima de combustíveis fósseis e a crescente utilização de fontes de energia renováveis (FER) foram particularmente notáveis na União Europeia, onde as emissões associadas à eletricidade reduziram 8,5% só entre 2023 e 2024, no seguimento de décadas de investimento em FER que também aumentam a segurança energética dos europeus.

Na Península Ibérica, as principais FER são a hídrica, a eólica e a solar. A hídrica é explorada há mais tempo, tendo as primeiras grandes barragens eletroprodutoras surgido em meados do século XX, mas a sua fragilidade em contexto de escassez hídrica tem-se tornado cada vez mais evidente e os impactos negativos sobre os ecossistemas ribeirinhos também. Os parques eólicos aumentaram bastante nas últimas duas décadas, mas o investimento em capacidade estagnou nos últimos anos e a respetiva produção de eletricidade estabilizou. Para continuar a substituir os combustíveis fósseis, assistiremos certamente a uma expansão acelerada da energia solar, até porque as condições económicas atuais a favorecem.

E aqui é que as contas se complicam. Se é frequente a

instalação de painéis fotovoltaicos em prédios ou em zonas industriais (geração descentralizada), nos últimos tempos multiplicam-se os projetos de grandes centrais solares que cobrem ou vão cobrir centenas ou até milhares de hectares em zonas do interior, destruindo a paisagem e aniquilando a biodiversidade de vastas zonas do nosso país. Olhando para os dados da APREN, a produção solar centralizada em 2024 já ia em 4085 TWh (tinha sido 2270 TWh em 2023), enquanto a geração descentralizada nas suas várias formas produziu 3004 TWh (pouco mais que os 2890 TWh de 2023). Parece evidente onde estamos a pôr as nossas fichas...

Cada projeto apregoa números impressionantes sobre quantas famílias vai abastecer e quantas emissões de CO₂ vai evitar, mas as contas batem certo? Colocando painéis em cima de edifícios industriais, falta verificar as emissões da produção dos painéis fotovoltaicos ao longo do seu ciclo de vida, mas pelo menos é provável que aquela área não tivesse

um uso alternativo para redução de emissões. Agora, quando se falta de cortar centenas de árvores e artificializar grandes manchas do território, alguém tem dúvidas de que há um impacto em termos de mitigação? Quantas toneladas de carbono estavam naquele ecossistema antes do corte, e quantas mais poderia aquela floresta absorver se se mantivesse em pé? No mínimo dos mínimos, há que reconhecer que,

assim como as emissões da produção de eletricidade entram a somar nos cálculos das emissões de GEE dos países, a remoção do carbono em sumidouros naturais como as florestas entra a subtrair. Onde estão estes dados nas contas das empresas produtoras? Como podemos contabilizá-los nas licenças de emissão? Não se pode fazer tábua rasa dos números. Os impactos estão à vista de toda a gente. ■

Para continuar a substituir os combustíveis fósseis, assistiremos certamente a uma expansão acelerada da energia solar, até porque as condições económicas atuais a favorecem.

Cada projeto apregoa números impressionantes sobre quantas famílias vai abastecer e quantas emissões de CO₂ vai evitar, mas as contas batem certo?

ID: 122434060

08-04-2026

CATARINA R. PALMA

Não se pode fazer tábua
rasa dos números

P. 29

